

Violência na Colômbia em perspectiva histórica

Fabio Luis Barbosa dos Santos

Professor da Universidade Federal de São Paulo¹

¹ Este artigo condensa resultados de pesquisa referidos ao projeto de extensão “Realidade Latino-Americana”, que incluiu uma viagem de pesquisa a Colômbia e Venezuela em julho de 2014, envolvendo 30 participantes em diferentes estágios da formação acadêmica, e de distintas áreas. Muitas das informações e análises contidas no texto provem das entrevistas e atividades realizadas neste projeto.

Violência na Colômbia em perspectiva histórica

Resumo: O objetivo deste artigo é situar em perspectiva histórica a violência que caracteriza o padrão de luta de classes na Colômbia contemporânea, com o propósito de compreender os dilemas enfrentados pelo processo de paz iniciado em 2012 entre o governo de Juan Manuel Santos e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), em Havana. Minha hipótese é que a análise do caso colombiano explicita de maneira paradoxal os constrangimentos à mudança democrática na América Latina, evidenciando o caráter antinacional, antidemocrático e antipopular das classes dominantes no continente. Sintetizado pela disjuntiva entre prolongar a luta armada sujeitando toda a oposição à criminalização, ou depor as armas expondo-se ao extermínio, o dilema colombiano explicita os entraves à via burguesa para a formação da nação. Nesta realidade, o debate entre reforma ou revolução redundava em uma disjuntiva entre contrarrevolução permanente ou nação.

Palavras-chave: 1. Colômbia; 2. Processo de Paz; 3. Contrarrevolução.

Violence in Colombia in historical perspective

Abstract: The purpose of this article is to situate in a historical perspective the violence that singles out the pattern of class struggle in contemporary Colombia, intending to understand the dilemmas faced by the peace process started in 2012 between Juan Manuel Santos' government and the FARC in Havana. My hypothesis is that the Colombian case reveals in an extreme way the constraints to democratic change in Latin America, making explicit the anti-national, anti-democratic and anti-popular character of the ruling classes in the continent. Summed up by the disjunctive between prolonging the armed struggle exposing every opposition to state criminalization, or lay down arms exposing itself to extermination, the Colombian dilemma makes explicit the obstacles to a bourgeois path of the nation building process. In this reality, the debate between reform and revolution results in a disjunctive between permanent counter-revolution and the nation.

Keywords: 1. Colombia; 2. Peace processes; 3. Counter-revolution.

“A Colômbia era e continua a ser, prova de que a reforma gradual nos marcos da democracia liberal não é a única e sequer é a mais plausível alternativa às revoluções sociais, incluindo aquelas que falham ou são abortadas. Eu descobri um país no qual o fracasso em fazer uma revolução social fez da violência o cerne constante, universal e onipresente da vida pública” (Eric Hobsbawm).

Estatísticas conservadoras indicam que, entre 1958 e 2012, 220 mil pessoas foram assassinadas por motivação política na Colômbia, das quais 81% eram civis (Centro Nacional de Memoria Historica, 2013, p.10). Porém é o período imediatamente anterior, que se inicia com o assassinato do líder popular liberal Jorge Eliecer Gaitán em 1949, que é conhecido na literatura sobre o país como “La Violencia”: estima-se que houve um número equivalente de vítimas políticas nestes anos.

Muitos dos mortos são figuras públicas, como os três candidatos presidenciais assassinados na campanha para as eleições de 1990, ou o zagueiro Andrés Escobar, autor de um gol contra que eliminou sua seleção na Copa do Mundo de 1994. Outros são militantes: segundo o depoimento de lideranças da *Unión Sindical Obrera* (USO), de cada 100 sindicalistas assassinados no mundo em anos recentes, 51 são colombianos: contabilizam-se 2.652 trabalhadores assassinados (GOMEZ, 2014). Muitas destas mortes foram perpetradas por matadores de aluguel (“sicários”) que não deixam rastros, em setores periféricos dos centros urbanos ou no campo.

Além dos assassinatos seletivos, há numerosos massacres. Entre 1985 e 2012 foram quase 2 mil chacinas, vitimando 11.751 pessoas. Algumas mortes alcançaram repercussão nacional, como quando nove investigadores do paramilitarismo na região de Magdalena Medio foram assassinados em 1989 (PAEZ, 2014). Mas a maioria é invisível como ocorre com as chacinas nas

periferias em todo o mundo. Neste mesmo período, foram registradas 25.007 desapareições forçadas. Há 2.700 casos de “falsos positivos”, ou seja, jovens vestidos em uniformes de guerrilha e assassinados pelo exército com o objetivo de que seus executores obtenham a recompensa governamental, estipulada em 2005 em cerca de U\$ 1.900 (FUNDACIÓN LAZOS DE DIGNIDAD, 2014).

O assassinato e a desapareição de civis tem sido um recurso para intimidar a população, obrigando sua lealdade a um grupo que reivindica o domínio de um território. Em todas estas situações, a responsabilidade na maioria dos casos é atribuída aos paramilitares: “Sua marca distintiva tem sido matar de maneira massiva ou seletiva, desaparecendo com suas vítimas, despojando-as de suas terras, realizando delitos com sevícia e exercendo a violência sexual” (CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTORICA, 2013, p.25).

No entanto, é equivocado interpretá-los como um “terceiro ator”, em um conflito protagonizado pelo exército e as guerrilhas, pois são notórias as relações do paramilitarismo com as forças públicas, em sua origem, operação e pretensão de desarme. Na atualidade, os vínculos entre Estado, paramilitares e narcotráfico plasmaram o fenômeno conhecido como “parapolítica”. Estimativas moderadas indicam que um terço dos parlamentares do país tem vínculos diretos com atividades delitivas, incluindo o senador e ex-presidente Alvaro Uribe (2002-2010) (AVELLA, 2014). Além da violência letal, estão disseminadas formas de violência como a remoção forçada, a violência pessoal, as minas antipessoais e o sequestro.

Como decorrência da violência no campo, o país produziu 5 milhões de refugiados internos e cerca de 9 milhões de refugiados, números que só se comparam ao Congo. Entre 1998 e 2008, aproximadamente 760 mil famílias foram expulsas, deixando para trás cerca de 5,5 milhões de hectares de terra. Se estima que 45% do território nacional colombiano está semeado por minas. Nas últimas três décadas 10 mil pessoas foram atingidas por explosões de minas, das quais 2 mil morreram. A violência transformou os papéis culturalmente atribuídos aos homens, uma vez que a remoção forçada frequentemente os distanciou de seu trabalho e de sua comunidade. Muitos perderam a condição de provedores do lar, forçados a aceitar trabalhos que consideram degradantes ou mesmo mendigar (RED DERECHO Y DESPLAZAMIENTO, 2010; CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTORICA, 2013).

Por outro lado o foco da violência guerrilheira tem sido, em seus mais de cinquenta anos de existência, o combate às forças estatais, danos ao patrimônio, e o sequestro com objetivos políticos e econômicos. Há 27.023 casos de sequestro documentados, dos quais 16 mil ocorreram entre 1996 e 2002. Dentre os perpetrados pela guerrilha, está a retenção de 318 prefeitos, 332 vereadores, 52 deputados e 54 congressistas, 790 militares e policiais (CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTORICA, 2013). Um dos episódios extremos foi a tomada do Palácio de Justiça pelo M-19 em 1985, operação que terminou com a invasão do exército e a morte dos guerrilheiros e seus reféns, os magistrados da Suprema Corte. De um ponto de vista liberal, afirma-se que o regime democrático prevaleceu no século XX, com exceção do período em que o general Rojas Pinilla esteve no poder (entre 1953 e 1957). De um ângulo legal porém, o país esteve em estado de sítio quase contínuo entre os anos 1940 e a Constituição de 1991, condição retomada por Álvaro Uribe quatro dias após a sua posse em 2002. Neste momento, embalado pela retórica da “guerra ao terror”, o estatuto político da guerrilha foi esvaziado e a criminalização do protesto social em geral se acelerou.

Na atualidade, há inúmeros casos de perseguição a lideranças populares, sindicalistas, estudantes e professores universitários. O professor Miguel Angel Beltrán por exemplo, foi deportado do México em 2009, passou dois anos encarcerado acusado de “delito de rebelião” – em função de artigo em que defendeu o direito a rebelião. Destituído da Universidade Nacional da Colômbia, teve seus direitos políticos caçados por 13 anos. Em meados de 2015, foi novamente encarcerado (ANGEL BELTRÁN, 2014). A ex-senadora Piedad Córdoba, o senador Iván Cepeda e o prefeito de Bogotá Gustavo Petro estão entre as figuras públicas processadas atualmente pela Procuradoria da República, comandada por um integrista católico que atua como um inquisidor da esquerda, reciclando processos baseados em provas reconhecidas como ilegais – tais como os supostos arquivos encontrados em computadores no bombardeio que assassinou o comandante das *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejercito del Pueblo* (FARC-EP), Raul Reyes, em território equatoriano em 2008, por si mesma uma ação ilegal (CÓRDOBA, 2014). No campo a situação é ainda mais dramática e muitas lideranças são obrigadas a se mudar ou viver escondidos, como nos tempos das ditaduras militares do

Cone Sul. Atualmente, estima-se que há mais de 9 mil prisioneiros políticos na Colômbia, dos quais menos da metade são vinculados às guerrilhas (ENCUENTRO NACIONAL, 2011).

O objetivo deste artigo é situar em perspectiva histórica a violência que caracteriza o padrão de luta de classes na Colômbia contemporânea, com o propósito de compreender os dilemas enfrentados pelo processo de paz iniciado em 2012 entre o governo de Juan Manuel Santos e as FARC- EP (*Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejercito del Pueblo*), em Havana. Minha hipótese é que a análise do caso colombiano evidencia de maneira paroxal os constrangimentos à mudança democrática na América Latina, evidenciando o caráter antinacional, antidemocrático e antipopular das classes dominantes no continente. Sintetizado pela disjuntiva entre prolongar a luta armada sujeitando toda a oposição à criminalização, ou depor as armas expondo-se ao extermínio, o dilema colombiano explicita os entraves à via burguesa para a formação da nação. Nesta realidade, o debate entre reforma ou revolução redundava em uma disjuntiva entre contrarrevolução permanente ou nação. Visando abordar estas questões, o texto realiza o seguinte movimento: inicialmente, delineamos os contornos gerais da história colombiana até o desencadeamento da chamada “La Violencia”, entre os anos 1940 e 1950. A seguir, enfocamos a evolução dos nexos entre narcotráfico, paramilitarismo e Estado que se intensificam nos anos 1980, culminando no fenômeno designado como “parapolítica”. Na sequência abordamos o projeto político avançado pelo segmento das classes dominantes colombiana que prospera com a violência, liderado pelo ex-presidente e atual senador Álvaro Uribe. À luz desta análise, contrastamos os elementos de continuidade e de mudança em relação ao atual governo, presidido por Juan Manuel Santos, para problematizar o alcance e os limites do processo de paz em curso.

Raízes da violência

As raízes da violência que singulariza o padrão de luta de classes colombiano é um tema controverso, que mobiliza uma extensa bibliografia (BERGQUIST, 1991). Alguns autores remetem suas raízes ao século XIX ou mesmo à colonização (SÁNCHEZ, 1991). De fato, entre 1830 e 1903 contabilizam-se 29 alterações da ordem constitucional; 3 golpes militares no país; 2 guerras com o Equador; 14 guerras civis locais; 9 guerras civis nacionais, incluindo a cisão que deu origem ao Panamá. No entanto, esta instabilidade política ocorre em outras regiões do continente e está vinculada aos entraves à consolidação do Estado nacional em sociedades de formação colonial, nas quais a guerra civil emerge como um instrumento de alternância política (HALPERIN DONGHI, 1989).

De modo análogo ao que ocorre com o México, marcado pelo protagonismo político camponês desde o período colonial (KATZ, 1990), a chave da singularidade colombiana remete ao padrão de organização e resistência popular. Como aponta Hylton referindo-se ao contexto da “Era do Capital” (1848-1875), “a mobilização radical-popular colocou a Colômbia no extremo mais avançado das democracias republicanas atlânticas” (HYLTON, 2006, p.15). A reação a esta mobilização radical popular, expressa por exemplo na disseminação de *Sociedades Democráticas* no contexto da “revolução liberal” de 1849-53, resultou em meio século de prevalência conservadora (1880-1930), de orientação centralista e marcante presença católica (TIRADO MEJÍA, 1985). Embora muitos países hispano-americanos experimentassem inflexões de sentido liberal neste período, tampouco esta característica política é absoluta se for lembrado, por exemplo, que é contemporânea à República Velha no Brasil.

No plano econômico, os índices de acumulação de capital na Colômbia foram inferiores a Peru, Chile ou Bolívia ao longo do século XIX. Estima-se que ao final da década de 1870, enquanto o Brasil exportava aproximadamente US\$ 90 milhões, as exportações colombianas eram avaliadas em US\$ 11 milhões. No início do século XX o país tinha 8% do valor de investimento estrangeiro *per capita* em relação ao resto do continente, proporção superior somente ao Haiti (CHECCHIA, 2007, p.107). Estes números faziam da Colômbia anterior à expansão cafeeira iniciada nos anos 1910, o país latino-americano com menor

grau de integração à economia mundial (OCAMPO, 1984). Os entraves à inserção mercantil vinculavam-se aos desafios à integração nacional, potenciados por uma geografia indômita popularizando a visão de que o país, ainda no século XX, era uma espécie de arquipélago de regiões desconexas, retratada com talento literário em diversas novelas de Gabriel Garcia Márquez (KALMONOVITZ, 2003).

A partir dos anos 1910, houve uma notável expansão da produção cafeeira, convertendo o país no segundo exportador mundial do produto no período entre guerras, atrás do Brasil. As receitas provenientes do café estão na base do regime de acumulação de capital prevalente no país até os anos 1980, ao qual correspondeu uma relativa diversificação produtiva ancorada no mercado interno. No plano geopolítico, a Colômbia é também um país caribenho, região considerada pelos Estados Unidos como um mar interno desde o século XIX. Esta presença foi decisiva para transformar uma sangrenta guerra civil opondo liberais e conservadores colombianos, conhecida como “Guerra dos Mil Dias” (1900-1903), na cisão territorial que deu origem ao Panamá. Poucos meses após o fim do confronto, a nova república assinou o tratado que ratificou os direitos estadunidenses sobre a zona do futuro canal, documento redigido em inglês e assinado neste país, de modo análogo ao *Plan Colombia* cem anos depois (JARAMILLO-LEVY, 1976).

Como em outros países da América Central, cerca de três quartos do comércio exterior colombiano no começo do século XX envolvia os Estados Unidos, e as plantações bananeiras da *United Fruits* reproduziam as características de um enclave (GARCÍA, 1984, p.181). Uma greve dos trabalhadores bananeiros 1928, que terminou em massacres, foi um episódio fundador das lutas operárias no país e projetou o advogado Jorge Eliecer Gaitán na política nacional. De origem política liberal, Gaitán encarnou os anseios e as ambiguidades inerentes às pressões por mudança social nos marcos do liberalismo colombiano nos anos 1940. No período entre guerras se intensificaram as pressões pela democratização do acesso à terra, levando à promulgação da Lei 200 de 1936, que estabeleceu a ocupação efetiva da terra como condição para sua posse. O período de dominância política liberal, entre 1930 e 1948, confluiu com um adensamento do protesto social urbano, em um contexto de incipiente industrialização substitutiva de importações.

Porém, a autodenominada *Revolución en Marcha*, desencadeada pelo presidente López Pumarejo aumentou as expectativas de mudança sem gerar os meios para consumá-la. Em seu segundo mandato, entre 1942 e 1945, uma lei conhecida como “La revancha” reverteu as possibilidades de reforma agrária contidas na anterior Lei 200. Em um contexto de ascenso do movimento social no campo e nas cidades, Gaitán ensaiou uma ruptura com o bipartidarismo prevalente no país desde a independência, acenando para a constituição de um movimento político de base popular nos marcos da ordem. Nas palavras de García, Gaitán se projetava como um “caudilho de um movimento radicalizado de massas” (IBID., p.192). Esta perspectiva de participação do povo na política desencadeou, simultaneamente, uma reação de inspiração falangista, apoiada em valores católicos e em uma cultura repressiva, liderada por Laureano Gomez. A efervescência política que seguiu à renúncia de López Pumarejo, em 1945, e a eleição de um conservador na sequência, em um momento em que os liberais encontravam-se divididos pela ascendência de Gaitán, atingiu o clímax quando este foi assassinado, em 9 de abril de 1949, nos dias em que se realizava em Bogotá a conferência que deu origem à Organização dos Estados Americanos (OEA).

Diversos países latino-americanos viveram uma conjuntura de aguçamento das contradições sociais no pós 2ª Guerra Mundial, sendo que a consolidação da polarização ideológica nos marcos da Guerra Fria endossou desenlaces repressivos (BETHELL; ROXBOROUGH, 1992). No caso colombiano, a insurreição popular desencadeada pelo assassinato do favorito nas próximas eleições presidenciais engendrou um processo de perseguição e assassinato de lideranças e trabalhadores associados ao liberalismo, tanto nas cidades como no campo. Em linhas gerais, a reação conservadora consumou um processo de “substituição do modelo da república liberal – intervencionismo econômico e liberalismo político – pelo absolutismo político e o liberalismo econômico” (GARCÍA, 1984, p.198).

A eleição de um presidente de notórias inclinações fascistas, em um pleito em que concorreu sozinho em 1950, ampliou a violência, em um processo de identificação espúria entre gaitanismo, liberalismo e comunismo, que frequentemente legitimava a expropriação de propriedades de liberais. Reminiscências da Guerra dos Mil Dias do início do século, quando cem mil

colombianos (4% da população) morreram nos enfrentamentos entre liberais e conservadores, o que marcou o período da história colombiana conhecido como “La violencia” (1946-1957). Deste momento em diante, a violência aberta tornou-se inerente ao padrão de luta de classes no país.

Em linhas gerais, é possível discernir diferentes fases neste processo. Em seus momentos iniciais, que coincidem com a polarização política no contexto de ascensão do *gaitanismo* e da reação conservadora, a violência é predominantemente urbana. A partir do *Bogotazo*, em 1949, e do espraiamento das tensões políticas para o campo, prevalecem padrões convencionais de insubordinação popular, guiadas por fidelidades políticas tradicionais associadas ao bipartidarismo. Neste ponto, os camponeses lutam no interior do sistema por meio de seus chefes políticos locais (BEJARANO, 1985).

No entanto, o enfraquecimento dos setores liberais associados a Gaitán como decorrência da repressão favorece uma recomposição entre as classes dominantes, unificadas contra o protagonismo popular. Abandonados muitas vezes à própria sorte, há ensaios de autonomização da insubordinação popular, potenciados pela integração de quadros comunistas perseguidos nas cidades à luta rural. Vislumbra-se uma mudança qualitativa no conflito, sintetizado nos seguintes termos: “Quando o camponês teve que começar a lutar igualmente contra a polícia ou como braço armado da repressão oficial e contra o latifundiário liberal, a natureza da luta mudou. Já não era guerra civil, era a luta de classes” (SÁNCHEZ, 1976, p. 26).

A emergência de propostas de unificação em torno a programas políticos no campo, sinalizando para uma autonomização da organização popular, correspondeu a uma solução de compromisso entre as facções das classes dominantes em torno da ditadura militar comandada pelo general Rojas Pinilla (1953-1957). Neste momento se anunciou a paz no campo ao mesmo tempo em que os segmentos camponeses melhor organizados foram perseguidos. Promessas de reconciliação são traídas, ilustradas pelo assassinato do líder Guadalupe Salcedo, que desmobilizara cerca de 10 mil homens sob seu comando, ainda nos marcos da guerrilha liberal. Proliferam-se os “pajaros” e “chulavitas”, espécie de precursores dos paramilitares difundidos sob Gómez, ao mesmo tempo em que o exército colombiano moderniza-se em associação com

os Estados Unidos. A Colômbia foi o único país da região a enviar tropas para combater na Guerra da Coreia (1950-1953).

Face a indícios de que o general pretendia perpetuar-se no poder, organizando trabalhadores em moldes corporativistas, os dois partidos das classes dominantes acordaram uma divisão de poderes conhecida como Frente Nacional, análoga ao contemporâneo *Pacto de Punto Fijo* na Venezuela. Este acordo previa uma gestão compartilhada do aparato do Estado entre liberais e conservadores, inclusive a alternância presidencial. Também determinava a centralização do poder no executivo, por meio de um regime jurídico de exceção que normalizava situações como o estado de sítio, a emergência econômica e faculdades extraordinárias ao presidente, ao mesmo tempo em que foram proscritas forças sociais alternativas. Formalmente em vigor até 1974, os marcos políticos estabelecidos pelo acordo se revelaram longevos, de modo que o primeiro presidente eleito que não era filiado a um destes partidos foi Alvaro Uribe, um dissidente liberal, em 2002. A única ocasião em que esteve ameaçada a primazia eleitoral do bipartidarismo foi em 1970, quando uma eleição com fortes indícios de fraude impediu a vitória do general Rojas Pinilla.

Estudantes e setores populares participaram das mobilizações que derrubaram a ditadura em 1957, ensejando expectativas de solução dos conflitos sociais por meios legais. No entanto, a resistência em promover uma reforma agrária que democratizasse a sociedade colombiana, ao mesmo tempo em que se reduziam os espaços para a oposição dentro da ordem, resultou em um salto organizativo da luta armada. Propostas de reforma agrária avançaram nos marcos da política estadunidense da Aliança para o Progresso, projetada pela administração Kennedy em reação à Revolução Cubana de 1959, referenciadas em uma racionalidade econômica mercantil e uma política de prevenção ao comunismo (REYES POSADA, 2004). O resultado político na Colômbia, como em outros países do continente, foi aguçar as tensões no campo.

Simultaneamente, se inoculava a doutrina da “segurança nacional”, fundamentando políticas contra-insurgentes que incluíam o aliciamento de comunidades rurais e a formação de bandos paramilitares. Neste contexto, o bombardeamento de territórios geridos pelos camponeses converteu milícias de autodefesa sedentárias em forças móveis. É este o processo na origem das principais guerrilhas colombianas ativas nos dias de hoje, as FARC, e o Exército

de Libertação Nacional (ELN), ambos com mais de cinquenta anos de existência.

Insurgência e contra-insurgência nos anos 1980

A pressão insurgente na Colômbia se intensificou no início dos anos 1980, impulsionada pelo triunfo da Revolução Sandinista em 1979 e pela ofensiva de movimentos guerrilheiros em El Salvador e Guatemala. No período entre os anos 1984 e 1994 a guerrilha colombiana atingiu seu apogeu, quando seus quadros passaram de cerca de 5 a 10 mil militantes, para mais de 40 mil. Paradoxalmente, este foi um momento em que muitas guerrilhas se desmobilizaram na América Latina, em uma conjuntura desfavorável aos processos de mudança social radical, agravada regionalmente com a derrota sandinista e o colapso da União Soviética. Peru e Colômbia são os dois países no subcontinente em que o confronto armado atravessou os anos 1990, processo de aguda militarização social por Estados de características repressivas similares às ditaduras do Cone Sul em um contexto de expansão do que Durand descreveu como *economía delictiva* (DURAND, 2007). Foram, também, os dois países em que a degeneração dos partidos convencionais, que caracterizou a política regional nos marcos do neoliberalismo, não se traduziu no avanço eleitoral de forças historicamente progressistas.

À ascensão da pressão insurgente correspondeu uma importante inflexão socioeconômica, na medida em que um regime de acumulação referido ao mercado interno, que tinha como horizonte o desenvolvimento nacional, cedeu lugar a um projeto assentado na liberalização comercial e financeira, apontando para a desnacionalização da economia a partir da segunda metade nos anos 1980. Este processo, traduzido na progressiva adoção de medidas identificadas com o neoliberalismo, teve efeitos socioeconômicos nefastos para o tecido social colombiano, cuja face mais visível foi a expansão do narcotráfico.

Inicialmente, isto se deu com a produção de maconha. Em 1978, a Colômbia fornecia entre 60% e 65% do produto consumido nos Estados Unidos, cultivando entre 20 mil e 25 mil hectares (TOKATLIAN, 2004, p.75). A despeito de extensivas fumigações e do crescimento da produção nos Estados

Unidos, dez anos depois o país voltou a ser o principal fornecedor deste mercado.

Apesar disso, o negócio de maior impacto na sociedade e economia colombiana esteve associado à cocaína. Diferente de outros países andinos, a Colômbia não é uma produtora tradicional da folha de coca vinculada às culturas aborígenes. Sua inserção original na divisão internacional do narcotráfico foi como refinadora e distribuidora de cocaína, papel que o país protagonizou a partir dos anos 1980, período de conformação dos poderosos cartéis. Neste decênio, as receitas provenientes da cocaína ultrapassaram o café. Economistas indicam que o peso do narcotráfico na economia colombiana foi um dos elementos decisivos para que o país não sofresse os efeitos da crise da dívida no período, como ocorreu em diversos países da região (LÓPEZ RESTREPO, 2004, p.27).

As relações do país com os Estados Unidos foram anguladas, desde então, pelo combate ao narcotráfico. Fumigações, extradições e militarização da questão das drogas são os pilares de uma política que, frequentemente, foi instrumentalizada para criminalizar os movimentos sociais em geral e a insurgência popular em particular. O tom desta associação foi dado pelo embaixador Lewis Tambs, quem cunhou o termo “narcoguerrilha” em 1984. Assim, o mais recente acordo de extradição assinado pela Colômbia com os Estados Unidos em 1997, que representou uma violação crassa da soberania nacional, foi permanentemente instrumentalizado por propósitos políticos. Além de facultar a extradição de guerrilheiros como Simón Trindade, foi livrar, enviando aos Estados Unidos, criminosos ligados ao narcotráfico e ao paramilitarismo cujas revelações comprometeriam segmentos das classes dominantes e da alta política colombiana.

Os nexos entre Estado, paramilitarismo e narcotráfico se fizeram cada vez mais íntimos no período. O narcotráfico infiltrou a política, as instituições sociais e a alta sociedade colombiana. Pablo Escobar, por exemplo, tornou-se parlamentar pelo Partido Liberal em 1982. Figuras que se opuseram à penetração do narcotráfico neste partido, como o ministro da Justiça do governo Betancur, Rodrigo Lara Bonilla, e o candidato presidencial do então chamado “novo liberalismo”, Luis Carlos Galán, foram assassinados.

Como setor econômico, o narcotráfico esteve entre os que maior apoio concedeu às políticas neoliberais, o que deve ser atribuído aos reputados nexos entre liberalização financeira, economia delitiva e lavagem de dinheiro (Strange, 1998). Por outro lado, perpetraram uma violenta campanha em oposição às políticas de extradição aos Estados Unidos, por motivos egoístas: melhor uma cova na Colômbia que uma prisão nos Estados Unidos, teria dito Escobar .

O crescimento da insurgência *pari passu* à expansão do narcotráfico ensejou respostas repressivas do Estado nacional apoiadas pelos Estados Unidos, resultando em uma progressiva militarização da sociedade colombiana. Os vínculos entre o Estado, o paramilitarismo e o narcotráfico se intensificaram, proliferando políticas de segurança de tipo ilegal. Em 1981, importantes traficantes organizaram o *Muerte a los Secuestradores* (MAS), esquadrão dedicado ao assassinato de militantes de esquerda. As técnicas contrainsurgentes fomentadas pelos Estados Unidos na América Central se disseminaram no país. Farauk Yanine Díaz, um discípulo da famigerada Escola das Américas, implementou estratégias baseadas em coagir a população a cooperar com a contrainsurgência no *Magdalena Medio*, cunha do protesto social no país. Acusado de cumplicidade com numerosos massacres perpetrados por paramilitares, como o assassinato de nove investigadores sobre o paramilitarismo em La Rochela em 1989, Díaz tornou-se comandante das forças militares nacionais no ano seguinte. Assessores israelenses também proliferaram no país, como o mercenário Yari Klein, que treinou diversos grupos paramilitares. Condenado posteriormente pela justiça colombiana, Klein declarou que esteve no país a convite da polícia nacional. Por sua vez, o principal líder paramilitar Carlos Castaño declarou em sua autobiografia ter copiado o conceito das forças paramilitares de Israel, onde foi treinado em 1983. Afirmou que aplicou as lições aprendidas no Líbano, na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, para a região de *Magdalena Medio* (CEPEDA; URIBE, 2014; CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTORICA, 2014; HYLTON, 2006).

Administrado e cultivado pelo Estado com apoio estadunidense, financiado por fazendeiros, multinacionais e narcotraficantes, o poder político do paramilitarismo evoluiu ao longo dos anos 1980 e 1990 em consonância com os setores sociais que lhe sustentaram, tornando-se um obstáculo para os processos de paz no país (LOZANO, 2006). Em 1982, o governo Betancur criou

uma Comissão de Paz que abriu diálogos com as principais forças insurgentes, desaguando em 1984 nos Acordos de La Uribe assinados com as FARC, prevendo um cessar fogo bilateral e a busca de uma saída política para o conflito. Neste contexto de negociação, que estipulou a formação de um movimento de oposição para a progressiva incorporação da insurgência à política legal surgiu, em 1985, a *Unión Patriótica* (UP), espécie de frente de esquerda inspirada na experiência da *Unidad Popular* no Chile. Desde o princípio a organização foi hostilizada pela direita e os paramilitares, levando à ruptura do processo de paz.

Não obstante, nas eleições realizadas no ano seguinte a UP se converteu na terceira força política nacional, conquistando uma significativa votação para presidente e elegendo diversos parlamentares e vereadores. Nos anos seguintes, um crescimento sustentado da agremiação desencadeou uma extraordinária onda repressiva. Entre 1988 e 1995, contabilizaram-se 6.177 assassinatos políticos no país; 10.556 assassinatos de motivações presumidas como políticas; 9.140 mortes em combates entre o exército e as guerrilhas e 1.451 desaparecimentos forçados (GIRALDO, 1996). Para efeito comparativo, a estimativa de assassinados políticos em 17 anos de ditadura no Chile ronda 3 mil pessoas, número maior do que no Brasil (IBID.).

Os mortos incluem quase todos os políticos eleitos pela UP entre senadores, deputados, prefeitos e vereadores, além de dois candidatos à presidência, Jaime Pardo Leal e Bernardo Jaramillo. Na campanha presidencial de 1990 foram também assassinados dois outros candidatos com inclinação progressista: Luis Carlos Galán, líder do “novo liberalismo” e Carlos Pizarro pelo M-19, guerrilha que entregara as armas um mês e meio antes, no bojo do processo constituinte que se instalava. O genocídio praticado contra os integrantes da UP é uma das raras denúncias colombianas acolhida pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos que, em geral, ignora as petições provenientes das organizações de direitos humanos do país (GALLARDO, 2014).

Neoliberalismo e "parapolítica"

Embora seja possível traçar antecedentes da política neoliberal na Colômbia nos anos 1970, existe consenso em relação à inflexão representada pelo governo do presidente Cesar Gaviria entre 1990 e 1994 (ESTRADA ÁLVAREZ, 2004). No início deste mandato, uma assembleia constituinte pretendeu responder aos indícios de crise do regime político, negociando a desmobilização de algumas organizações insurgentes, como o M-19 e EPL. Paradoxalmente, o novo texto constitucional afirmava direitos econômicos e sociais ao mesmo tempo em que assentava as premissas para dar juridicidade à desregulamentação da economia e à chamada disciplina fiscal, consolidando um processo iniciado antes da própria assembleia, e que se estende até o presente. Foi neste momento, por exemplo, que a autonomia do Banco Central se tornou constitucional.

Estrada Álvarez afirma que, a partir deste momento, "a construção de uma ordem neoliberal se tornou política de Estado" (ID., 2009, p.234). Consolidado em meio ao banho de sangue desencadeado pela ascensão da UP, o processo de afirmação do neoliberalismo na Colômbia tem as características do "capitalismo de choque" que marcou sua implantação pioneira no Chile sob Augusto Pinochet (KLEIN, 2007). De modo análogo ao que ocorreu no Brasil, os direitos sociais consagrados pela Constituição se esvaziaram diante da progressiva deterioração da face social do Estado nos marcos das políticas de ajuste fiscal.

O neoliberalismo redefiniu o papel do Estado na Colômbia, que se converteu em gestor e promotor de novos mercados e negócios para o setor privado e as multinacionais. Ao ocaso do espaço econômico nacional como horizonte da acumulação, correspondeu a consolidação de um ordenamento jurídico que tornou inócuo o direito nacional, consagrado pela assinatura de um Tratado de Livre Comércio (TLC) com os Estados Unidos. Embora apresentada como negociação entre Estados, esta modalidade de tratado esvaziou as prerrogativas jurídico-econômicas do Estado Nacional ao subordiná-lo a uma normatividade supranacional funcional às corporações transnacionais:

Os TLC são a expressão de um projeto de construção de uma ordem capitalista privada que regula relações entre empresas capitalistas privadas, em especial multinacionais, porém, revestido com a forma

estatal da regulação e dotado dos mecanismos de proteção que o Estado pode fornecer (ESTRADA ÁLVAREZ, 2009, p.257).

Estes “mecanismos de proteção” envolvem as funções de vigilância e controle, exercidas no bojo das prerrogativas de administração da justiça e monopólio da força militar pelo Estado. O processo de militarização do Estado e da sociabilidade na Colômbia se agudizou, uma vez que o genocídio da UP provocou uma ascensão da insurgência armada. A degradação da política neste contexto se evidenciou com as comprovações de que o sucessor de Gaviria, o liberal Ernesto Samper, recebeu apoio do narcotráfico em sua campanha eleitoral. Nesta conjuntura, se operou um jogo de cena em que, por trás da presumida indignação dos Estados Unidos, que chegaram a suspender o visto de um presidente acuada, se completou a “americanização” do combate às drogas no país (TOKATLIAN, 2004, p.103).

A corrosão do tecido social encetada pela conjunção entre neoliberalismo e economia delitativa nos marcos de uma militarização da sociedade colombiana incidiu em todas as esferas da sociabilidade. O movimento operário, combatido pela precarização das relações de trabalho e pelo crescimento da economia informal em um país em que o sindicalismo se convertera em uma atividade de alto risco, não protagoniza um protesto de impacto nacional desde o *paro cívico* de 1977. Nas periferias urbanas, a falta de perspectiva de vida fragiliza um horizonte de sociabilidade em torno do trabalho, fazendo do crime organizado uma carreira atraente.

No campo, os efeitos deletérios da abertura comercial levaram muitos camponeses a optarem pelos cultivos ilícitos, tornando o país um importante cultivador. Nas palavras de um líder rural, “Não é a vontade do campesinato semear coca, amapola ou maconha. A situação de marginalidade o obriga” (ACVC, 2014). Assim, a área de produção de coca triplicou na segunda metade da década de 1980, enquanto a produção de papoula, inexistente até então, atingiu 61 toneladas em 1999. Neste momento os cultivos ilícitos cobriam cerca de 100 mil hectares, dos quais mais da metade eram dedicados à coca. Estima-se que, no final dos anos 1990, a Colômbia fornecia 40% das importações estadunidenses de maconha e 90% da cocaína. No outro lado da moeda, a porcentagem do PIB oriundo da produção agrícola declinou de 43% em 1980

para 13% em 1998, enquanto as importações de alimento triplicaram neste decênio (HYLTON, 2006; TOKATLIAN, 2004; LÓPEZ RESTREPO, 2004).

Neste contexto também os movimentos insurgentes, notavelmente as FARC, se envolveram com a economia delitativa. Do ponto de vista do camponês espoliado, a guerrilha oferecia proteção e estabilidade aos trabalhadores rurais que, de outra forma, seriam expulsos de suas terras nos marcos das políticas de liberalização econômica e da espiral de violência. Neste quadro, “proibir (o cultivo de coca) implicaria isolá-la de sus bases” (GROS, 2004, p.114). Por outro lado, embora a guerrilha se apropriasse de uma fração da receita proveniente do narcotráfico por meio de impostos sobre a plantação e comercialização dos cultivos, em um negócio em que por volta de 7% do dinheiro movimentado permanece na Colômbia, esta relação debilitou a legitimidade política das FARC. Configura-se um dilema, na medida em que o envolvimento com o narcotráfico permitiu a esta guerrilha fortalecer-se em um contexto de degradação continuada do tecido social colombiano, que as lutas sociais se mostravam impotentes para reverter. Por sua vez, a segunda guerrilha do país, o ELN, se recusou a participar do narcotráfico, o que aumentou a dependência de outras fontes de receita como os sequestros, as taxas cobradas de multinacionais que exploram os recursos naturais do país, e outras formas de tributação local.

Neste contexto, as efêmeras tentativas de diálogo de paz entabuladas em Caracas e Tlaxcala foram rompidas em 1992 pelo governo, que declarou “guerra integral” contra a insurgência. A generalização de estratégias militares envolvendo a cooperação camponesa resultou em uma escalada das vítimas civis da violência. Embora protagonizada pelos paramilitares e pelo Estado, que em muitas circunstâncias atuavam de modo indiferenciado, o aguçamento da repressão embruteceu também a violência da insurgência. Este processo, amplificado exaustivamente pela mídia, alienou parte do apoio civil gozado pelas guerrilhas, em uma conjuntura internacional francamente hostil à luta armada.

No entanto, mais impressionante do que o crescimento das guerrilhas nos anos 1990 foi a consolidação do paramilitarismo, ou seja, de grupos armados que atuavam à margem da legalidade, mas frequentemente com apoio estatal. Como governador de Antioquia a partir de 1994, Álvaro Uribe teve um papel decisivo em promover e legalizar milícias contrainsurgentes, que além de

aterrorizar a população civil no bojo do enfrentamento contra a guerrilha, invariavelmente se vinculavam a atividades delitivas, borrando ainda mais a linha que separa a política do crime organizado no país (CEPEDA; URIBE, 2014). A partir do Estado, Uribe estimulou a criação das Cooperativas de Vigilancia Rural (CONVIVIR), modeladas segundo as *rondas campesinas* peruanas e as *Patrullas de Autodefensa Civil* da Guatemala dos anos 1980, tentativas de armar o campesinato como aliado do Estado. Estratégias militares envolvendo a cooperação coagida de camponeses, ensaiadas entre outros pelo General Yanine no Magdalena Medio em anos anteriores, foram aperfeiçoadas.

Quando as CONVIVIR foram julgadas ilegais pela Suprema Corte do país, em 1999, em função dos numerosos massacres de civis que lhe eram atribuídos, muitos de seus membros simplesmente passaram para a *Autodefensas Unidas de Colombia* (AUC). Considerada a mais letal organização paramilitar do país, as AUC também floresceram à sombra de Uribe, particularmente em Córdoba e Urabá. Nesta região bananeira, as taxas de homicídio atingiram a marca de 700 em cada 100 mil, quase cem vezes mais do que nos Estados Unidos no período (8 em cada 100 mil). Um ano depois do fim do seu mandato como governador, a taxa declinou para 300 por 100.000 (HYLTON, 2006, p.94).

Esta violência não esteve dirigida somente por finalidades políticas, mas foi funcional para aumentar a concentração de terra em benefício do governador e de seus aliados (CEPEDA; URIBE, 2014). Os métodos brutais de conquista territorial baseados em massacres e terrorismo que caracterizaram a AUC com a cumplicidade de Uribe se estenderam a outras regiões do país. Seguindo uma geografia coincidente com as plantações de coca, a organização comandada pelos irmãos Castaño se tornou protagonista do narcotráfico no país.

Se a trajetória da família de Uribe traz marcas indeléveis da relação com o narcotráfico – simbolizadas pelo helicóptero de Pablo Escobar que o levou ao encontro do pai, morto pelas FARC em 1983 – o projeto esposado pelo ex-presidente é de outra natureza: envolve a organização política de um setor diversificado e poderoso da sociedade colombiana, que faz da violência um meio de vida e da guerra um negócio:

“Amparados em um discurso de autodefesa com o qual pretenderam legitimar-se, os paramilitares e seus gestores envolveram a população mais pobre na guerra oferecendo a possibilidade de ascensão social em

um contexto adverso, criando um regime de terror e de cumplicidade que, distante de limitar-se à luta contrainsurgente, lhes permitiu conquistar terras, prefeituras, governos, vagas no congresso, controlar e silenciar a crítica, influenciar e participar na atividade econômica e buscar, segundo propuseram os que assinaram o célebre Pacto de Ralito, “a refundação da pátria” (IBID., p.76).

Quando em 1998 o conservador Andrés Pastrana venceu as eleições presidenciais com uma proposta de paz, criou-se uma zona desmilitarizada em território colombiano do tamanho da Suíça conhecida como “el Caguán”, dando início a um novo processo de diálogo. Para além dos entraves históricos a uma saída democrática para o conflito, houve um empenho explícito das AUC em sabotar as negociações, expressando um setor da sociedade que se opunha a qualquer entendimento. Ao mesmo tempo, as transnacionais que pagavam taxas às guerrilhas canalizaram recursos muito mais substantivos aos *lobbies* estadunidenses em favor de um encaminhamento militar do conflito. Afinal, a ambivalência do governo neste processo, em que as conversações não implicaram em uma trégua militar, se evidenciou na adoção do *Plan Colombia* em um momento em que os diálogos ainda estavam em curso. Era um sinal de que a parapolítica estava pronta para culminar seu assalto ao Estado.

O partido da guerra no poder

O *Plan Colombia* deve ser interpretado à luz dos constrangimentos enfrentados pelas classes dominantes colombianas para encerrar o conflito armado em uma situação na qual o neoliberalismo agravou, simultaneamente, as causas sociais da insurgência e os recursos do Estado colombiano para enfrentá-la. Visto deste ângulo, o aprofundamento do envolvimento dos Estados Unidos no país evidencia os nexos entre as dimensões antidemocrática e antinacional da burguesia colombiana, uma vez que o esvaziamento ulterior da soberania nacional que o plano implica, emergiu como alternativa preferível à mudança social.

Formulado originalmente nos Estados Unidos e redigido em inglês, o plano culminou a ingerência estadunidense na política colombiana a pretexto do combate ao narcotráfico, objetivando consolidar laços que projetam o país

como um aliado regional de longo prazo na região, alinhamento sedimentado com a assinatura do Tratado de Livre-Comércio entre os países em 2006. A extradição de colombianos e o uso de bases militares, dinheiro, armas e assessoria estadunidense para a repressão, confluíam com a normatização supranacional dos negócios e a devastação dos recursos naturais, nos marcos do livre-comércio, para constituir um enclave contrarrevolucionário em território sulamericano, frequentemente comparado a Israel.

Os números são eloquentes. A ajuda militar estadunidense à Colômbia passou de US\$ 317 milhões em 1999 para quase US\$ 1 bilhão em 2000, correspondendo a 80% do total da assistência militar e policial para toda a América Latina, e a terceira ajuda mundial depois de Israel e Egito. Os efetivos do exército saltaram de 80 mil soldados em 1990 para 278 mil em 2002, e 386 mil em 2006, atingindo recentemente cerca de 500 mil soldados, marca que supera o exército brasileiro, país que tem uma população cinco vezes maior. A receita destinada às Forças Armadas passou de 2,2% do PIB em 1990 para 5,3% do PIB em 2005. Se os aportes estadunidenses referidos ao *Plan Colombia* se incluírem no cálculo, este percentual sobe para 6,1% do PIB em 2005 (CAYCEDO, 2009, p.218-220; SILVA, 2013).

Como era de se esperar, a ação militar se concentrou nas áreas sob influência da guerrilha, preservando intocadas as regiões dominadas pelo narcotráfico e o paramilitarismo. A partir de 2004 foi implementado, na esteira do *Plan Colombia*, o chamado *Plan Patriota*, que contribuiu para regionalizar o conflito, cujo ápice foi o bombardeio de bases das FARC em território equatoriano em 2008. O paramilitarismo também transbordou as fronteiras nacionais, agravando o problema da criminalidade na Venezuela. Segundo Hylton, rocam encarcerados mais de cem colombianos no país por conspirarem para assassinar Hugo Chávez em coordenação com paramilitares e o Departamento Administrativo de Seguridad (DAS), o serviço de inteligência que responde ao presidente (HYLTON, 2006, p.116). No plano ideológico, o governo Uribe (2002-2010) negou o estatuto político da insurgência, premissa na qual se ancoraram os diálogos de paz precedentes, e surfou na retórica do combate ao terrorismo, mundializada após 11 de setembro de 2001. Ao categorizar as guerrilhas como organizações terroristas, o governo negou as

raízes políticas do conflito, assentando as bases para uma criminalização generalizada do protesto social.

Este movimento não foi iniciado nem concluído em seu governo. Em 1997, uma sentença da Corte Constitucional dissociara rebelião de crime comum, implicando que se um guerrilheiro mata a um soldado, deve ser julgado por homicídio. Este cenário tornara ferramentas jurídicas como o indulto e a anistia mais remotas. No entanto, sob Uribe a perseguição à oposição se intensificou ainda mais, frequentemente com a acusação do “delito de rebelião” em processos que forjavam associações espúrias daquela com a insurgência. Estima-se que atualmente são mais de 9 mil presos políticos no país, em um cotidiano de perseguição generalizada à militância nos sindicatos, na universidade e no campo (ENCUENTRO NACIONAL, 2011; ACVC, 2014; GALLARDO, 2014; RIVERA, 2014).

A Colômbia é um país em que não somente os ricos mas também os ativistas circulam em carros blindados, fornecidos por um Estado incapaz de garantir a integridade física de uma oposição que ele próprio criminaliza. Não se trata de precaução formal: a vice-candidata na aliança presidencial de esquerda nas últimas eleições, Aída Avella, sobreviveu a um morteiro atirado contra seu carro no centro de Bogotá em 1996. Não é incomum militantes trajarem coletes à prova de bala, nem implementarem precauções características de um contexto de ditadura, evitando o estabelecimento de rotinas para dificultar sua localização cotidiana.

O acossamento à militância é apenas uma das faces de um processo generalizado de militarização da sociedade, continuado pelo sucessor de Uribe. Entre 2000 e 2011, 36 leis modificaram o código penal do país, criando 47 novos delitos, ao mesmo tempo em que aumentaram-se as penas para 80 delitos. Neste mesmo período, a população carcerária dobrou, e nos dois seguinte ampliou-se outros 20% para atingir a marca de 120 mil detentos, em um sistema carcerário cuja capacidade também dobrou mas é inferior a 78 mil vagas. Submetidos a uma legislação que não discrimina crimes políticos, a vida carcerária dos ativistas é infernal em todas as suas dimensões, desde os entraves às visitas até condenações que prolongam arbitrariamente, impedindo a liberdade. Misturados aos presos comuns, são frequentemente torturados e estigmatizados no cárcere (ENCUENTRO NACIONAL, 2011).

Em contraste, o governo Uribe moveu montanhas para reacomodar os paramilitares à legalidade, em uma conjuntura internacional em que organizações como as AUC eram catalogadas como terroristas. Sob Uribe, a busca da paz com a insurgência se perverteu como a paz com os paramilitares. Este empenho culminou na promulgação da *Ley de Justicia y Paz* em 2005, que tem as características de um indulto aos paramilitares, tidos até então como criminosos políticos (LOZANO, 2006, p.99). Alguns passaram à legalidade, enquanto outros desmobilizaram as antigas organizações e constituíram as chamadas *Bandas Criminales* (“Bacrim”), que seguem atuantes. Casos mais salientes cumprem penas de até oito anos, e é com apreensão que se aguarda, em diversas regiões do país, a soltura iminente de alguns destes criminosos contra a humanidade.

Do ponto de vista socioeconômico, a dinâmica de violência e expulsão camponesa sob a égide de combate ao narcoterrorismo escalou a níveis paroxais, fazendo da Colômbia um dos maiores produtores de refugiados do planeta. A racionalidade econômica destas remoções forçadas, que são acompanhadas pela expansão das plantações de palma africana (matéria-prima para biocombustível como a cana-de-açúcar), dos cultivos ilícitos, da mineração e da extração de petróleo, é analisada por diversos autores como uma “acumulação por espoliação”, segundo a categoria analítica proposta por David Harvey (HARVEY, 2006; BAUTISTA, 2013; ESTRADA ÁLVAREZ, 2009).

Em outros casos, a terra espoliada se converte em estoque de riqueza, agravando a concentração fundiária. Segundo informe do PNUD de 2011, 39 milhões de hectares de terra no país são destinados à pecuária, e apenas 4 milhões à agropecuária em um país que não é um importante produtor de carne, o que sugere uma ocupação esparsa e improdutiva da terra, corroborando um dos piores índices de concentração da propriedade fundiária do mundo. (PNUD, 2011). Autossuficiente em alimentos no ano de 1988, vinte e cinco anos depois a Colômbia importava 11 milhões de toneladas de alimentos. A guerra é menos sentida nas cidades, embora a militarização da vida, normalizada para o cidadão comum, seja evidente aos olhos de um turista. A violência perpassa todas as esferas da existência na Colômbia, inclusive a produção cultural: filmes sensíveis sobre o conflito convivem com seriados e longas-metragens que replicam a dinâmica policial de produções

estadunidenses, frequentemente vitimizado algumas das figuras mais nefastas associadas ao narcotráfico, como Pablo Escobar e os irmãos Castaño.

Bogotá se tornou um centro de serviços onde prospera a especulação imobiliária e financeira. Como em outros países da região, a dinâmica especulativa se impôs sobre a produção, acentuando a vulnerabilidade da economia nacional aos movimentos do capital internacional, ao passo que o mundo do trabalho se degrada continuamente. O crescimento da economia informal é a outra face deste processo. Assim, ao controle territorial paramilitar no campo corresponde o controle paramilitar das periferias urbanas, e o comando da economia informal. Com a eleição de Uribe, o grupo compósito de interesses que prosperam sob a violência chegou ao Palácio de Nariño. A agremiação política constituída pelo presidente, ironicamente denominada *Colombia Democrática*, teve todos os seus congressistas condenados ou investigados por vínculos com o paramilitarismo (CEPEDA; URIBE, 2014). Distantes estão os dias em que Samper foi atormentado interna e externamente por receber dinheiro do narcotráfico para sua campanha eleitoral.

O projeto político liderado por Uribe instrumentaliza a violência de classe por meio de uma ideologia do interesse nacional, expressa na noção de "*seguridad democrática*" apregoada por este governo. Além de envenenar o ambiente político por meio de um discurso de criminalização do protesto social apoiado na retórica do terror e ostensivamente replicado pela grande imprensa, pretende-se consolidar as bases subjetivas mas também objetivas de um projeto de poder. Em outras palavras, o bloco uribista se propôs a disputar a hegemonia sobre a sociedade colombiana.

As bases materiais desta política são várias. Além dos grandes beneficiários da economia política da violência, como o narcotráfico, o alto comando militar, o agronegócio e os latifundiários, criou-se uma espécie de economia da dependência do militarismo, que transcende a própria economia delitiva. A degradação da economia formal transformou o exército em uma oportunidade profissional apreciada, o militar em um estilo de vida e o soldado em um bom partido. Em um universo estimado em 500 mil soldados, calcula-se o envolvimento de dois empregados para cada militar em atividades de apoio ao exército, mobilizando no total cerca de 1,5 milhões de colombianos, o que

significa cerca 3% da população vivendo diretamente da guerra, além das famílias envolvidas (ESTRADA ÁLVAREZ, 2014).

O governo também investiu em um programa social ao estilo do “bolsa-família” brasileiro, denominado *Familias em Acción*, que ambicionou abranger 2,5 milhões de famílias em uma população estimada em 40 milhões de pessoas. No plano da propaganda, houve um massivo investimento em campanhas publicitárias visando construir um consenso em torno da eliminação da insurgência como caminho para a paz (RODAS, 2014).

Assim, os altos índices de popularidade de Uribe ao longo do seu mandato expressam um envenenamento da política e da cultura em uma sociedade militarizada, que favorece consensos em torno de saídas repressivas, como se a violência pudesse ser resolvida com mais violência. Este movimento da sociedade colombiana deve ser entendido à luz de uma conjunção de fatores, dentre os quais se destacam: os impactos políticos e sociais do extermínio de uma geração de militantes vinculados à UP; o bloqueio à emergência de alternativas políticas dentro da ordem; a desestruturação do mundo do trabalho no contexto do neoliberalismo; a ulterior criminalização do protesto social; a apatia como consequência dos estreitos horizontes da política consentida, expressa em altos níveis de abstenção eleitoral; a indiferença como recurso de defesa psíquica face à uma violência endêmica, que o sujeito se percebe como impotente para mudar; um discurso que dissemina o ódio ao mesmo tempo em que oculta as raízes sociais da perpetuação da violência, em um contexto mundial ressonante desta retórica. A popularidade sustentada nestes termos por Uribe cacifou a reforma constitucional que permitiu a sua reeleição, e ainda lhe possibilitou eleger o ministro de Defesa como seu sucessor em 2010.

Dilemas do processo de paz

Político proveniente de uma linhagem tradicional das classes dominantes do país, Juan Manuel Santos se elegeu em 2010 com um discurso de continuidade em relação ao governo de Uribe, de quem foi Ministro da Defesa. De fato, não se observaram mudanças substantivas na política econômica ou

nos programas sociais, e a criminalização dos movimentos populares prosseguiu.

Não obstante, a opção feita por Santos de reabrir o diálogo como via para a paz na Colômbia, estabelecendo a partir de 2012 um processo de negociação com as FARC em Havana, provocou um distanciamento em relação a Uribe. Em um fenômeno expressivo do sufocante conservadorismo que impera na política colombiana, a clivagem entre os dois políticos de origem liberal polarizou a disputa eleitoral seguinte, em 2014. A questão nuclear nesta contenda foi exatamente a política de segurança, em que o candidato uribista Oscar Iván Zuluaga defendia a ruptura dos diálogos de paz, em contraste com Santos. Zuluaga foi o candidato mais votado no primeiro turno e então, a polarização se aguçou.

No segundo turno, houve relativo consenso no campo popular em apoiar Santos como um voto pela paz. Movimentos camponeses em pleno confronto com o governo, após um exitoso paro nacional realizado em 2013, discretamente afrouxaram a pressão. Os mais de 15% dos votos obtidos pela chapa de esquerda no primeiro turno, foram reivindicados pelo processo de paz. Neste contexto, Santos resultou reeleito.

De um ponto de vista de classe, não havia diferença substantiva entre os projetos que disputaram o segundo turno. Santos representa os segmentos das classes dominantes colombianas cujos negócios são favorecidos por um ambiente de paz, enquanto Uribe é sustentado por aqueles que prosperam melhor em meio à guerra. No entanto, esta diferença se traduz em horizontes políticos muito distintos. E com a vitória de Santos, prosseguiram as negociações em Havana, que no final de 2014 ainda estavam em curso.

A premissa do diálogo do lado das FARC, sensivelmente debilitadas após a guerra uribista, é que a tomada do Estado não está mais no horizonte da insurgência. Do ângulo do governo, a premissa é que o fim da guerra será menos custoso e mais eficaz por meio da conversa, uma vez que a resiliência da insurgência está historicamente atestada. Entretanto não há trégua, em um indício de que, como nas negociações anteriores, o governo maneja simultaneamente o diálogo e a guerra, quanto menos para enfraquecer a posição da guerrilha enquanto se desenrolam as conversações de Havana.

No campo popular, existe a expectativa de que a solução política para o confronto possa abrir frestas na estrutura autocrática do Estado colombiano, que seriam alargadas por um ascenso do movimento de massas que aliás, pode estar em curso no país (PISMEL; CHAGAS, 2014). Especificamente, pretende-se que os diálogos de Havana culminem na convocação de uma assembleia constituinte, alargando a base de sustentação dos acordos hipoteticamente encaminhados. Isto porque os cinco temas sobre os quais versam as conversações (política de desenvolvimento agrário integral; participação política; fim do conflito; solução ao problema das drogas ilícitas; questão das vítimas), dizem respeito a toda a sociedade colombiana e supõem sua democratização radical (VOZ, 2013).

Na minha leitura, o impasse que se coloca é o seguinte: o governo acredita que pode levar a guerrilha ao desarme por meio de mínimas concessões sociais e políticas, passíveis de reversão sem sangue em um futuro próximo, como ocorreu na América Central. Sua adesão ao processo tem uma característica perversa, na medida em que pretende inverter o sentido explícito da paz, que é pacificar o país por meio da mudança, para selar uma paz visando congelar a mudança. Já o campo popular, no qual se inclui a guerrilha, entende que é possível aproveitar os diálogos para construir um movimento social em torno da paz, que politize o seu conteúdo a partir da agenda política avançada nos diálogos. Em uma palavra, se propõe a construir um projeto social contra-hegemônico, nas antípodas do uribismo.

O cerne do dilema é que o fiador das negociações é um governo que navega em um horizonte estreito, limitado de um lado por um Estado colonizado pela parapolítica, e de outro, pelos rígidos constrangimentos à democratização social que caracterizam o padrão de luta de classes no país. Trata-se de um governo que não mostra autonomia nem disposição de confrontar a parapolítica, e tampouco aponta para um horizonte de mudanças sociais. Em outras palavras, intui-se que o governo e o campo popular pretendem utilizar o processo de diálogo para propósitos contraditórios: uns para congelar a mudança e outros, para desencadeá-la. Como se trata de uma negociação desigual, na medida em que o governo tem o poder para pautar um processo de mudança que a guerrilha não tem, é presumível que este romperá novamente o entendimento se perceber indícios de transbordamento da mudança controlada.

Evidentemente, estas considerações não passam despercebidas aos calejados militantes colombianos. Não obstante, o processo de diálogo permite recolocar o debate sobre a guerra no terreno da política, o que significa um respiro para inúmeras organizações criminalizadas nos anos recentes. Deste ponto de vista, os ônus advindos da perpetuação da insurgência, instrumentalizada para legitimar a perseguição à toda oposição no país em um contexto em que a densidade política das guerrilhas é problematizada à luz das mudanças sofridas nos decênios recentes, nos marcos de um isolamento internacional da luta armada, parecem maiores do que os benefícios auferidos em manter em xeque o monopólio da violência pelo Estado. Por outro lado, argumenta-se que o desarme aumentaria a vulnerabilidade dos setores populares à repressão, como ocorreu no passado.

Diante deste dilema, a solução política do conflito por meio de uma negociação entre o Estado e a insurgência, parece ideal. E por isso mesmo, utópica. Afinal, o que levaria o Estado colombiano a aquiescer a um processo de mudança social ao qual historicamente resistiu, ao preço do conflito interno mais longo do mundo, ao longo do qual sacrificou a própria soberania nacional?

Na situação colombiana, os traços que caracterizam o padrão de luta de classes na América Latina atingem o paroxismo. Aparentemente, o acúmulo de forças sociais necessário para forçar a convocação de uma assembleia constituinte nos marcos de um processo de democratização deslançado pelos acordos de paz, proposta defendida por organizações do campo popular como *Marcha Patriótica* e *Congreso de los Pueblos* (ESTRADA ÁLVAREZ, 2014; RODAS, 2014), equivale ao próprio desencadeamento de um processo revolucionário. Em certo sentido, é uma situação oposta à que ocorreu na Venezuela, Bolívia e Equador em anos recentes, onde o caminho constitucional pode ser interpretado antes como um indício de debilidade do que de força para concretizar uma revolução (SANTOS, 2010). Em nenhum outro país do continente os nexos entre contenção da mudança e imperialismo são tão evidentes na aurora do século XXI como na Colômbia. A história e a conjuntura deste país explicitam os entraves para a democratização da ordem burguesa na América Latina, e por extensão, os constrangimentos para a mudança social dentro da ordem.

Referências bibliográficas

BAUTISTA, S. C. La paz como construcción social. In.: Estrada Álvarez, J. (org.). *Solución política y proceso de paz en Colombia*. México: Ocean Sur, 2013.

BEJARANO, J. A. Campesinado, luchas agrarias e historia social en Colombia: notas para un balance historiográfico. In.: GONZÁLEZ CASANOVA, P.(org.). *Historia Política de los campesinos Latinoamericanos*. México: Siglo XXI, 1985. t. III

BERGQUIST, C. *et al* (orgs.) *Violence in Colombia: the contemporary crisis in historical perspective*. Willington: SR Books, 1991.

BETHELL, L.; ROXBOROUGH, I. (orgs.). *Latin America between the Second World War and the Cold War, 1944-1948*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

CAYCEDO, J. Militarização e alternativa popular: outro olhar sobre as lutas sociais na Colômbia. In.: CECEÑA, A. E. *O desafio das emancipações em um contexto militarizado*. São Paulo: CLACSO/Expressão Popular, 2009.

CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTORICA. *Desaparición forzada*. Bogotá: Imprenta Nacional, 2014. (Tomo III: entre la incertidumbre y el dolor: impactos psicosociales de la desaparición forzada.)

_____. *Basta Ya! Colombia: memorias de guerra y dignidade*. Resúmen. Bogotá: Imprensa Nacional, 2013.

CEPEDA, I.; URIBE, A.. *Por las sendas de El Ubérrimo*. Bogotá: Ediciones B, 2014.

CHECCHIA, C. *Terra e capitalismo*. A questão agrária na Colômbia. São Paulo: Alameda, 2007.

DURAND, F. *El Perú fracturado*. Formalidad, informalidade y economía delictiva. Lima: Fondo Editorial del Congreso, 2007.

ENCUENTRO NACIONAL POR LA LIBERTAD DE LXS PRISIONERXS POLÍTICXS. Bogotá: Campaña Traspasa los Muros, 2011.

ESTRADA ÁLVAREZ, J. *Construcción del modelo neoliberal en Colombia (1970-2004)*. Bogotá: Aurora, 2004.

_____. As reformas estruturais e a construção da ordem neoliberal na Colômbia. In.: CECEÑA, A. E. *O desafio das emancipações em um contexto militarizado*. São Paulo: CLACSO/Expressão Popular, 2009.

GARCÍA, A. Colombia: medio siglo de história contemporânea. In.: GONZÁLEZ CASANOVA, P. *América Latina: historia de medio siglo*. México: Siglo XXI, 1984. v. 1

GIRALDO, J. *Colombia: the genocidal democracy*. Monroe: Common Courage Press, 1996.

GROS, C. Los campesinos frente a la guerrilla y a la droga: actores o víctimas? In.: GROS, C.; RAMIREZ TOBÓN, W.; REYES POSADA, A. *Guerra en Colombia: democracia y conflicto agrário*. Bogotá: IPRI/ FIC, 2004.

HALPERIN DONGHI, T. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HARVEY, D. O "novo imperialismo": acumulação por espoliação. In.: Panitch, L.; Leys, C. *O novo desafio imperial*. Socialist Register 2004. Buenos Aires: CLACSO, 2006

HYLTON, F. *Evil hour in Colombia*. Londres: Verso, 2006.

JARAMILLO-LEVY, E. (comp.). *Una explosión en América: el canal de Panamá*. México: Siglo XXI, 1976.

KALMONOVITZ, S. *Economía y nación*. Uma breve historia colombiana. Bogotá: Norma, 2003.

KATZ, F. *Revela, rebelión y revolución: la lucha rural en México del siglo XVI al siglo XX*. Era: México, 1990.

KLEIN, N. *Shock Capitalism*. The rise of disaster capitalism. Nova Iorque: Picador, 2007.

LÓPEZ RESTREPO, A. El cambio de modelo de desarrollo de la economía. In.: Tokatlian, J. G. *et al. Colombia: economía y política internacional*. Bogotá: Iepri/FICA, 2004.

LOZANO, C. A. *Guerra o paz en Colombia?* Cincuenta años de un conflicto sin solución. Bogotá: Ocean Sur, 2006.

OCAMPO, J. A. *Colombia y la economía mundial*. 1830-1910. Bogotá: Siglo XXI, 1984.

PISMEL, M.; CHAGAS, R. *Colômbia: movimentos pela paz*. Florianópolis: Insular, 2014.

PNUD [Programa Naciones Unidas para el Desarrollo]. *Colombia rural: razones para la esperanza*. Bogotá: PNUD, 2011.

RED DERECHO Y DESPLAZAMIENTO. Informe sobre política pública y desplazamiento forzado. Bogotá: ILSA/ ACNUR / NRC, 2010.

REYES POSADA, A. La violencia y el problema agrario. In.: GROS, C.; RAMIREZ TOBÓN, W.; REYES Posada, A. *Guerra en Colombia: democracia y conflicto agrario*. Bogotá: IPRI/ FIC, 2004.

SÁNCHEZ, G. The violence: an interpretative synthesis. In: BERGQUIST, C. *et al* (orgs.) *Violence in Colombia: the contemporary crisis in historical perspective*. Willington: SR Books, 1991.

_____. *Los Bolcheviques del Líbano (Tolima)*. Bogotá: Mohan, 1976.

SANTOS, F. L. Dilemas da Revolução Bolivariana. Contra a corrente. *Revista marxista de teoria, política e história contemporânea*, v. 4, p. 57-64, 2010.

SILVA, L. *A questão das drogas nas relações internacionais: uma perspectiva brasileira*. Brasília: FUNAG, 2013.

STRANGE, S. *Mad Money: when markets outgrow governments*. Michigan: The University of Michigan Press, 1998.

TIRADO MEJÍA, A. Colombia: medio siglo de bipartidismo. In.: Arrubla, M. *et al. Colombia hoy*. Bogotá: Siglo XXI, 1985.

TOKATLIAN, J. G. Política antidrogas de Estados Unidos y cultivos ilícitos en Colombia. La funesta rutinización de una estrategia desafortunada. In.: TOKATLIAN, J. G. *et al. Colombia: economía y política internacional*. Bogotá: Iepri/FICA, 2004.

VOZ. *100 propuestas para La Habana*. Bogotá: Fundación Semanario Voz, 2013.

Entrevistas realizadas entre 19 e 26 de de julho de 2014 citadas no texto:

ACVC (Asociación Campesina del Valle del Río Cimitarra)

ANGEL BELTRÁN, Miguel

AVELLA, Aída

CÓRDOBA, Piedad

ESTRADA ÁLVAREZ, Jairo

FUNDACIÓN LAZOS DE DIGNIDAD

GALLARDO, Gustavo

GOMEZ, David

PAEZ, Annye

RIVERA, Jairo

RODAS, Germán